

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.784, DE 2005

Dispõe sobre a proibição da
venda de soda cáustica em
supermercados e similares.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS
MENDES THAME

Relatora: Deputada SELMA SCHONS

I - RELATÓRIO

A proposição estabelece a proibição da venda de soda cáustica, na forma de hidróxido de sódio ou carbonato de sódio, em supermercados e estabelecimentos similares.

Destina à autoridade competente de vigilância sanitária o papel de fiscalizar e fazer cumprir a proibição prevista na lei, e o de aplicar penalidades aos infratores, que vão desde a advertência até a interdição do estabelecimento.

Em sua justificativa, destaca a importância de se controlar o comércio de soda cáustica como meio eficaz de se reduzir os graves acidentes por intoxicação por ingestão desse produto.

O Projeto de Lei foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio com emendas:



58EF44B034

A Emenda nº 1, que dá nova redação ao Art. 2º, proíbe a venda a granel de soda cáustica diretamente ao consumidor.

A Emenda nº 2, que insere o Art. 3º, autoriza a venda de soda cáustica a consumidores exclusivamente pelos estabelecimentos autorizados pela vigilância sanitária.

A Emenda nº 3, que insere o parágrafo único ao Art. 3º, determina que o peso máximo do recipiente que contém soda cáustica para venda direta ao consumidor será de 300 gramas.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

A matéria está sujeita ao poder conclusivo da Comissão, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame merece ser louvada, por sua preocupação em reduzir os riscos de intoxicação pela ingestão de soda cáustica.

O Projeto de Lei sob apreciação estabelece a proibição do comércio de soda cáustica pelos supermercados e estabelecimentos similares, mantendo a permissão, portanto, para os outros pontos especializados.

Entendemos que esse caminho para reduzir os riscos de intoxicação pelo produto não é o mais adequado, porque os acidentes, como já estudado, ocorrem nas residências e está mantida, nos termos propostos, a possibilidade de se adquirir qualquer quantidade de soda cáustica em outros estabelecimentos distintos dos supermercados. Assim os riscos permanecem.

Ademais, estender a proibição para todos os pontos de venda seria uma medida extrema e drástica, em razão de a soda cáustica ter sua utilidade e, em especial, porque provocaria, desnecessariamente, sérios prejuízos econômicos para os setores envolvidos na sua produção e comercialização.



58EF44B034

Teria que ser buscada, portanto, uma alternativa mais equilibrada, que protegesse o consumidor sem impedir que fizesse uso criterioso do produto.

Com esta mesma visão, foi orientado o posicionamento do Deputado Bernardo Ariston, Relator, em sua Complementação de Voto, em que defende a aprovação do Projeto de Lei com três emendas. Sua posição foi acatada, por unanimidade, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Assim, ficou estabelecido, como regra geral, que a proibição da venda a granel da soda cáustica diretamente aos consumidores não se restringiria aos supermercados, passando a ser universal.

Essa comercialização direta ao consumidor, todavia, seria permitida apenas em estabelecimentos que fossem devidamente autorizados pela autoridade sanitária, desde que o peso máximo do recipiente com soda cáustica seja de 300 gramas.

Este aspecto que nos parece falho, porque a quantidade é muito pequena. Limitar em apenas 300g dificultaria a comercialização e encareceria os custos com embalagem, que seriam repassados para o consumidor.. Entendemos que as embalagens deveria ter como limite 01kg.

Essas inovações aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com a alteração da quantidade da embalagem para 1kg, associadas às já adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sobre os cuidados necessários na utilização e na armazenagem da soda cáustica poderão contribuir de maneira relevante para a redução das intoxicações pela ingestão do produto.

Entendemos, pois, ser conveniente apresentar um Substitutivo que incorporaria as duas primeiras emendas da Comissão que apreciou a matéria anteriormente com a extensão do peso por embalagem para 01kg e outros aspectos meramente aperfeiçoadores da forma final do Projeto de Lei.

Pelo exposto e diante da relevância da matéria, manifestamos nosso voto favorável ao Projeto de Lei nº 4.784, de 2005, nos termos do Substitutivo..



58EF44B034

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada SELMA SCHONS
Relatora

ArquivoTempV.doc



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.784, DE 2005

Dispõe sobre a proibição da venda direta ao consumidor de soda cáustica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a venda a granel de soda cáustica, na forma de hidróxido de sódio ou carbonato de sódio, diretamente ao consumidor.

Art. 2º A venda de soda cáustica ao consumidor só é permitida em estabelecimentos autorizados pela órgão de vigilância sanitária competente.

Parágrafo único. O peso máximo permitido do recipiente contendo soda cáustica para venda direta ao consumidor é de 01kg.

Art. 3º Cabe à autoridade de vigilância sanitária competente fiscalizar o cumprimento do disposto nesta Lei e aplicar as seguintes penas aos infratores, sem prejuízo das sanções de natureza cível ou penal cabíveis:

I – advertência;

II – multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) a R\$ 30.000,00 (trinta mil) reais;

II – interdição do estabelecimento de comércio;



58EF44B034

§ 1º As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência.

§ 2º Os valores mínimo e máximo da multa prevista no inciso II deste artigo serão atualizados anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no exercício anterior ou índice que o venha a substituir.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada SELMA SCHONS
Relatora

ArquivoTempV.doc



58EF44B034